

AVALIAÇÕES EXTERNAS: MOEDA DE TROCA OU DIAGNÓSTICO DA APRENDIZAGEM EM ÂMBITO ESCOLAR?

Francisca Joselena Ramos Barroso ¹
Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro ²

RESUMO

As avaliações educacionais, sobretudo as externas, são cada vez mais frequentes em instituições de ensino de todo o Brasil. Este trabalho tem como problemática geral: como as avaliações externas interferem na dinâmica de constituição dos processos de ensino e de aprendizagem? E, assim, como objetivo geral: compreender como as avaliações externas interferem na dinâmica de constituição dos processos de ensino e de aprendizagem. A pesquisa qualitativa realizada em 2019, foi desenvolvida em uma escola de tempo integral, localizada no município de Itapipoca-Ceará. O estudo, pautado em uma fundamentação teórica, teve como sujeitos cinco professores que lecionam nas turmas de 2º e 5º ano, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário composto por sete perguntas abertas direcionadas a seis docentes. A análise de dados permitiu evidenciar que a escola não é neutra, está a serviço de ideologias que pertencem a sociedade. E conclui-se que as avaliações externas precisam ser vistas como uma forma de diagnosticar o nível de aprendizagem dos educandos, como também, a reflexão sobre o trabalho docente, e não como moeda de troca.

Palavras-chave: Avaliações externas, Diagnóstico, Aprendizagem, Trabalho docente, Investimentos públicos.

INTRODUÇÃO

As avaliações educacionais, sobretudo as externas, são cada vez mais frequentes em instituições de ensino de todo o país. A partir disso, faz-se importante entender a vinculação delas com as relações pedagógicas realizadas na escola na contemporaneidade. Esta, que é um território marcado pelas ideologias que classificam os sujeitos em dois grupos, os dominantes e os dominados. Os exames padronizados que são aplicados constituem as avaliações externas, porém, muitas das vezes, desconsideram a aprendizagem significativa dos indivíduos, a qual é desencadeada por meio de um processo dinâmico, constante e reflexivo.

Com efeito, Luckesi (1998, p. 33) caracteriza a avaliação escolar como: “ uma forma de juízo da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo [...]” Assim sendo, a avaliação

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, josybarroso55@yahoo.com

²Doutor em Educação e professor do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, mirtiel_frankson@yahoo.com.br

escolar surge na perspectiva de avaliar a educação básica, sendo responsável pela tomada de posição com relação a mesma, no que se refere à busca de mecanismos que a conservem como está ou que procurem ações que promovam a sua transformação pedagógica.

Ao considerar a avaliação escolar como uma possibilidade que pode gerar mudanças sociais, apoiando-se em Freire (1996), pode ser afirmado que a capacidade de aprender não deve servir para adaptar o sujeito as normas, mas para transformar a realidade a qual o mesmo está inserido. Assim, ressalta-se que as avaliações externas não devem “adestrar” os educandos e educadores com relação aos conteúdos cobrados, mas sim possibilitar um diagnóstico sobre a evolução do processo de ensino e de aprendizagem.

Devido à implementação do modelo político-administrativo, que consiste na descentralização³, foi permitido que as escolas dirigissem suas ações pedagógicas. No entanto, para receberem os recursos públicos que são destinados a este fim, são estabelecidos e almejados índices padronizados, nos quais as escolas precisam constantemente estar atingindo, para receberem, inclusive, dinheiro. (BORGES; ARAÚJO; PEREIRA, 2013). Esta pesquisa, por sua vez, é fruto de diálogos promovidos pelo Grupo de Estudos, Saberes e Aprendizagem da Docência – GEPESAD⁴, um de seus eixos formativos a ser trabalhado este ano refere-se à avaliação escolar, ponto que carece de mais atenção na atualidade.

Desse modo, este trabalho tem como problemática geral: como as avaliações externas interferem na dinâmica de constituição dos processos de ensino e de aprendizagem? E, assim, como objetivo geral: compreender como as avaliações externas interferem na dinâmica de constituição dos processos de ensino e de aprendizagem. O estudo teve como sujeitos, professores que lecionam nas turmas de 2º e 5º ano, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e foi realizado em 2019. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário, o qual continha sete perguntas abertas direcionadas a seis docentes. Para preservar a identidade destes sujeitos foram adotados nomes fictícios. No que diz respeito a análise de dados, este escrito irá deter-se de início à revisão de literatura com o seguinte aporte teórico: Borges, Araújo e Pereira (2013); Demo (1987); Farias *et al* (2009); Freire

³ Pertencente ao modelo político-administrativo brasileiro a descentralização apresenta-se como a redistribuição de poder entre as instâncias governamentais e a sociedade. A união depreende-se de tarefas burocráticas e as impõem as escolas para que possam dirigir suas atividades, no entanto a tomada de decisões e investimentos ainda compete a união. Desse modo, compreende-se que as escolas atualmente possuem uma ‘autonomia camuflada’.

⁴ O Grupo de Estudos, Sabres e Aprendizagem da Docência – GEPESAD, é um grupo em que professores da Educação Básica e licenciandos reúnem-se na Universidade Estadual do Ceará (UECE), no campus da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), quinzenalmente, para discutir aspectos relacionados à docência e um dos eixos temáticos do ano de 2019 consiste no debate sobre a avaliação escolar, um dos momentos da ação didática.

(1996); Freitas, Costa e Miranda (2014); Libâneo (2013); Luckesi (1998); e Santos, Gimenes e Mariano (2013).

A produção deste trabalho fez-se relevante a nível social, pois promoveu a curiosidade quanto às indagações referentes, em particular, ao tema: avaliações escolares em âmbito externo. Para o âmbito acadêmico é importante também, pois fomentou outros saberes sobre o tema e, por fim, este escrito é de suma importância à sociedade, já que estimulou uma maior consciência crítica e reflexiva sobre aspectos do sistema de ensino.

Com relação à discussão teórica, este artigo traz principalmente diálogos sobre aspectos da descentralização de ações na escola, mas, por outro lado, por parte do Estado, que regula a organização e o funcionamento das instituições de ensino, assim como controla os investimentos públicos. Em contrapartida, a avaliação escolar em âmbito externo, é apontada como uma possibilidade de orientação sobre os rumos da educação, visando sua qualidade da oferta dos processos de ensino e de aprendizagem, pautados na crítica-reflexiva.

Este trabalho traz direcionamentos à produção de outros saberes, o fato de que a escola não é neutra está a serviço de várias ideologias. E, assim, as avaliações externas precisam ser vistas como uma forma de diagnosticar o nível de aprendizagem dos educandos, como também, a reflexão sobre o trabalho pedagógico, e não como moeda de troca quanto aos investimentos públicos que são inerentes à educação.

Deste modo, a seguir, consta a metodologia adotada para a elaboração deste escrito, logo após tem-se o desenvolvimento, onde baseia-se nas ideias principais dos autores que fazem parte da fundamentação teórica, em continuação, são expostos os dados obtidos por meio da pesquisa de campo, entrelaçados com as teorias defendidas pelos autores escolhidos e, ao final, tem-se as referências.

METODOLOGIA

A metodologia é a forma pela qual produz-se ciência, pois “[...] Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade coloca-se vários caminhos [...]” (DEMO, 1987, p. 19). Esta área ocupa-se dos diversos caminhos que são necessários a fim de tratar a realidade teórica e prática na sociedade. Logo, este trabalho buscou, em linhas gerais, compreender como as avaliações externas interferem na dinâmica de constituição dos processos de ensino e de aprendizagem. A pesquisa de natureza qualitativa foi realizada no

primeiro semestre do ano de 2019. Sendo desenvolvida em uma instituição de ensino público, de tempo integral, localizada no município de Itapipoca-Ceará.

O estudo teve como sujeitos professores que lecionam nas turmas de 2º e 5º ano, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, por serem essas turmas e as referidas disciplinas, o foco das avaliações externas atualmente. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário, o qual continha sete perguntas abertas direcionadas a seis docentes, porém, um professor não aceitou participar da investigação. Para preservar a identidade destes sujeitos, foram adotados nomes fictícios.

No que diz respeito a análise de dados, este escrito irá deter-se de início à revisão de literatura com o seguinte aporte teórico: Borges, Araújo e Pereira (2013); Demo (1987); Farias *et al* (2009); Freire (1996); Freitas, Costa e Miranda (2014); Libâneo (2013); Luckesi (1998); e Santos, Gimenes e Mariano (2013). E, logo após, tem-se a exposição dos dados coletados na pesquisa de campo, dividindo-os em categorias extraídas dos questionamentos feitos com relação às avaliações externas, que são: implicações das avaliações externas para as relações pedagógicas; os gestores escolares e a família no contexto das avaliações externas; e a relação entre os resultados obtidos e a aprendizagem dos alunos.

DESENVOLVIMENTO

As avaliações educacionais em âmbito externo surgem na década de 1980 e 1990, e marcam um período de intensas mudanças no Brasil, onde o regime democrático procurava estabelecer-se ao menos no viés ideológico. Neste mesmo período, as reformas neoliberais instaladas fomentavam uma postura ativa em prol de novas políticas públicas que afetariam diretamente a vida da população. A este aspecto, Borges, Araújo e Pereira (2013, p. 67) destacam que:

[...] a política pública se interessa em entender as ações do governo, quando referidas às políticas educacionais [...] voltam-se às ações vinculadas ao sistema educacional, e que por sua vez dizem respeito até mesmo, a como as escolas se organizam e como essas políticas, planos e programas educacionais são colocados em prática.

Assim, as avaliações educacionais fazem parte destes programas que incidem sobre a forma de organização das instituições escolares e, por conseguinte, no trabalho pedagógico e formação dos alunos.

De acordo com as ideias de Borges, Araújo e Pereira (2013), esta década trouxe mudanças significativas principalmente pela descentralização, onde algumas ações que

ocorrem nas escolas passam da esfera federal e estadual à municipal. Porém, os autores levantam a perspectiva de que essa modificação não considera a estrutura escolar possível de sustentação para com essa mudança, como também a descentralização no que tange o corte nos recursos didáticos, financeiros e pedagógicos, dificultando a possibilidade das escolas realizarem suas atividades com qualidade, eficiência e atendendo as necessidades de seu povo. Pode-se perceber que as escolas, a partir desse modelo, conquistaram mais autonomia quanto a sua organização e funcionamento, no entanto, o Estado ainda controla as decisões mais importantes e os recursos a serem investidos no âmbito das instituições de ensino.

Ao corroborar a essa visão, têm-se as contribuições de Santos, Gimenes e Mariano (2013), que ressaltam que a instituição escolar não pode ser vista como neutra, pois ela é o centro do sistema de ensino formal, sendo considerada como um espaço de tomada de decisões, onde também constantemente se elaboram e executam políticas educacionais e, sobretudo, é um local de aprendizagens em que alunos e professores envolvidos em um processo organizacional têm como compromisso a transmissão e a constituição de conhecimentos significativos para ambos. Dessa maneira, a escola é um território permeado pelas ideologias que circundam a sociedade e que se transformam em trabalho pedagógico, na medida em que desenvolvem suas práticas, a exemplo, as avaliações educacionais. E, assim: “Discorrer sobre as avaliações externas implica em refletir sobre as finalidades da educação na contemporaneidade [...]” (SANTOS; GIMENES; MARIANO, 2013, p. 39).

Em adição, expõe-se que: “[...] o processo avaliativo deverá contribuir para a materialização de um dos objetivos centrais da escola, assegurar que as crianças e adolescentes efetivamente aprendam.” (SANTOS; GIMENES; MARIANO, 2013, p. 40). No ponto de vista de Borges, Araújo e Pereira (2013) a escola, como organização social, necessita se dedicar principalmente à reflexão, análise e à crítica da própria realidade em que se constitui. Logo, é importante que a instituição de ensino tenha como foco, por intermédio de suas práticas, sobretudo as avaliativas, a reflexão e a análise crítica sobre o contexto a qual está inserida.

A esse respeito, tem-se a seguinte colocação: “No contexto mundial, as avaliações externas surgem como uma busca de ‘equiparação’ tanto da abrangência e permanência do aluno nas escolas, como da qualidade do ensino e da aprendizagem.” (SANTOS; GIMENES; MARIANO, 2013, p. 40). Desse modo, as avaliações externas procuram em certos aspectos equipar a abrangência do acesso à escola, assim como a permanência dos alunos nas mesmas e, ainda, a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem.

De acordo com Santos, Gimenes e Mariano (2013, p. 43)

[...] a avaliação se constitui em medida que interessa a toda a sociedade, seja pela sua aplicabilidade prática ou por suas consequências, tendo em vista que a esta interfere diretamente nas tomadas de decisões acerca dos rumos da educação em cada estado, município e instituição.

Portanto, as avaliações externas desempenham a função de orientar as ações em prol de uma educação de qualidade, com o pleno domínio crítico e reflexivo de vários conhecimentos, fator este importante para a sociedade como um todo. Em acréscimo, Luckesi (1998) aponta que o estabelecimento de ensino se encontra centrado nos resultados das provas e exames, já que:

[...] Por meio de sua administração, o estabelecimento de ensino, deseja verificar no todo das notas como estão os alunos. As curvas estatísticas são suficientes, pois demonstram o quadro global dos alunos no que se refere ao seu processo de promoção ou não nas séries de escolaridade. A *aparência* dos quadros estatísticos, por vezes, esconde mais do que a nossa imaginação é capaz de atentar. Mas essa aparência satisfaz, se for compatível com a expectativa que se tem. A dinâmica dos processos educativos permanece obnubilada, porém emergem dados estatísticos formais [...] (LUCKESI, 1998, p. 20, grifo do autor).

Com as escolas dirigindo suas atividades pedagógicas, mas precisando apresentar bons índices de desempenho em avaliações externas constantemente, elas acabam por centralizar suas rotinas em provas e exames que buscam verificar a aprendizagem dos alunos, sendo posto por meio de notas. Em consonância, tem-se a questão da descentralização no contexto escolar, podendo ser entendida a partir de duas vertentes, como uma pequena autonomia em meio a forte centralização do poder, pela qual permite a escola criar e gerenciar suas propostas e ações pedagógicas, mas por outro lado, apenas passa a responsabilidade para a escola de suas ações e a obriga a ‘correr atrás’ de suas verbas. (BORGES; ARAÚJO; PEREIRA, 2013).

A partir da relação direta entre o Estado e às necessidades de ajustes da educação básica encontram nos resultados obtidos nas avaliações externas, os investimentos públicos aplicados às escolas. Dessa maneira, a educação encontra-se submetida cada vez mais ao imperativo de apresentar uma maior produtividade; este objetivo evidencia-se com na operacionalização da avaliação na Educação Básica. (SANTOS; GIMENES; MARIANO, 2013). Ainda se tem a colaboração de Freire (1996, p. 37), o qual afirma que: “[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador [...]” Visto isso, pode-se compreender que a prática pedagógica não deve basear-se em treinos representados por meio de provas incessantes, onde colocam o aluno como sujeito passivo à aquisição do

conhecimento, a fim de atender as exigências do Estado, mas sim considerar que professores e alunos são sujeitos históricos e que têm muito a ensinar um ao outro, e assim constituem o seu caráter formador, mudando a história e a sociedade.

Santos, Gimenes e Mariano (2013) expõem que as avaliações externas em larga escala influenciam diretamente na dinâmica produzida pela escola, esta que é considerada como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de diversas potencialidades, por meio das relações sociais estabelecidas e ações transformadoras realizadas, trazidas desse modo, em seu interior, os elementos fundamentais para a produção ou superação das contradições. Dessa forma, coloca-se que: “[O] Estado e [a] educação possui uma reação direta e estreita, à medida que a escola deve desenvolver um trabalho capaz de contribuir para a conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais dos indivíduos, visando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania [...]” (BORGES; ARAÚJO; PEREIRA, 2013, p. 73). A educação é vinculada ao Estado e que a partir de seu trabalho pedagógico necessita promover a conquista dos direitos civis, políticos e sociais dos sujeitos para que estes possam atuar na sociedade, exercendo a cidadania.

Neste sentido “A avaliação deve ser entendida como processo, como meio e não como fim. Não se pode conceber a avaliação fora de um contexto e, nessa perspectiva, a avaliação deve ser mediadora.” (FREITAS; COSTA; MIRANDA, 2014, p. 92). Sobre este aspecto, tem-se a necessidade de compreender a avaliação educacional, sobretudo as externas, e seus resultados não como uma forma de classificar ou até mesmo culpabilizar os professores e alunos, mas direcionar outros caminhos para que esses agentes possam superar suas dificuldades com relação aos processos de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, Santos, Gimenes e Mariano (2013, p. 48) acrescentam que:

[...] faz-se necessário que os resultados dos processos avaliativos sejam analisados à luz dos diversos elementos que interferem diretamente nos resultados. Trata-se, portanto, da necessária ampliação dessas análises, uma vez que ‘problematizadas’ isoladamente não representam qualquer possibilidade de melhoria na qualidade educacional.

As avaliações externas não podem ser analisadas apenas pela aplicação de testes padronizados, mas por um conjunto de fatores que interferem diretamente nessa dinâmica. É preciso ‘problematizar’ esses resultados de forma crítica para que possam subsidiar ações que venham a melhorar a qualidade da educação. Dessa forma: “[...] a ação didática é uma prática social que acontece em um determinado contexto e orientada por ideais de escola e de sociedade [...]” (FARIAS *et al*, 2009, p. 41). E, assim, de acordo com Freitas, Costa e Miranda (2014) a avaliação caracterizada por um viés processual não se limita a resolução de

provas todos os dias, mas como um acompanhamento contínuo do professor com relação ao rendimento, desenvolvimento e apropriação do conhecimento por parte do aluno, essas ações são parte integrantes na qual se mostram como contribuição para a aprendizagem.

Logo, “[...] a avaliação da aprendizagem, na medida em que estiver polarizada, pelos exames, não cumprirá a sua função de subsidiar a decisão da melhoria da aprendizagem.” (LUCKESI, 1998, p. 25). À vista disso, é preciso que a avaliação, no que tange a aprendizagem escolar, esteja preocupada em orientar as melhores ações no que concerne a melhoria da aprendizagem, dessa forma, precisa depreender-se de testes padronizados que desconsideram a aprendizagem processual e dinâmica dos educandos.

E, por último, pontua-se que: “[...] O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles é *dialógica*, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam *epistemologicamente curiosos*.” (FREIRE, 1996, p. 96, grifo do autor). Assim, professor e aluno precisam desenvolver relações pedagógicas próximas de seus contextos, e, sobretudo, que venham a tornar-se curiosos quanto à aquisição do saber, para que dessa forma, a avaliação educacional, principalmente em âmbito externo, cumpra sua finalidade, a de propiciar ações que melhorem a qualidade da aprendizagem nas instituições de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de compreender as concepções que os docentes da Educação Básica, em particular os sujeitos participantes desta pesquisa, trazem a respeito das avaliações externas e suas interferências na dinâmica de constituição dos processos de ensino e de aprendizagem, são desenvolvidas, com isso, reflexões sobre o estudo das seguintes categorias empíricas: implicações das avaliações externas para as relações pedagógicas; os gestores escolares e a família no contexto das avaliações externas e a relação entre os resultados obtidos e a aprendizagem dos alunos.

A aprendizagem significativa de discentes e docentes deve ser o objeto primordial a ser alcançado pelas atividades desenvolvidas pela escola, algo a ser fortalecido e mais resgatado pela mesma. Dessa forma, Libâneo (2013) afirma que o processo educativo tem a finalidade de preparar os indivíduos para viverem em sociedade por meio de uma participação ativa e transformadora. Sobre este aspecto, é importante destacar de início que: “A avaliação a serviço da aprendizagem tem o ensino como processual, dinâmico, e constante, o controle neste modelo é utilizado para atuação na dinâmica do processo.” (FREITAS; COSTA;

MIRANDA, 2014, p. 89). Sobre este ponto, o professor Francisco relatou que: “São importantes, não apenas para verificar o nível de aprendizagem dos estudantes, mas também para avaliar a minha prática docente.” Dessa forma, fica evidente que estas avaliações procuram demonstrar o nível de aprendizagem dos educandos, assim como, possibilitam uma reflexão crítica quanto ao trabalho docente, há preocupação com aspectos pedagógicos.

Em contrapartida, coloca-se que: “As avaliações externas não contribuem de forma exemplar para a aprendizagem integral da criança, porque tenta-se focar exclusivamente em leitura e cálculo. Dessa forma, fica deficiente o desenvolvimento crítico, solidário e de vivência participativa com sua realidade.” (PAULO). Logo, as avaliações externas, ao darem ênfase em habilidades que envolvam, sobretudo, a leitura e cálculos matemáticos, tornam a formação do discente, de certo modo, fragmentada e, assim, não fomentam uma consciência crítica sobre o seu meio social, situação que carece de atenção. E, assim: “[...] Se o educando não compreende o exposto, a sua assimilação produz-se de forma reflexa e não inteligível [...]” (LUCKESI, 1998, p. 137). À vista disso, é preciso que as atividades realizadas na escola estejam de acordo com o nível de desenvolvimento do educando e de sua realidade social, para que assim, a aprendizagem torne-se significativa.

As avaliações externas buscam verificar o trabalho pedagógico, encaminhar outros rumos para melhorar as fragilidades encontradas nas escolas e, principalmente, são promovidos os recursos necessários para o funcionamento das insituições de ensino. Devido a este fator, as escolas exigem muito esforço dos professores e dos alunos bons, índices nessas provas. Na visão de Luckesi (1998), o que importa para esses estabelecimentos são as curvas estatísticas, principalmente, as acentuadas provenientes das notas dos alunos, porém, muitas das vezes, os processos de ensino e de aprendizagem consolidados diariamente nas relações entre os sujeitos, passa a ser desconsiderado.

Com relação à presença dos gestores dessa escola e a família, a professora Isabela comenta que: “De forma positiva e compromissada, a gestão da escola sempre está disponível para realizar as ações junto com os professores. Quanto as famílias ainda há a falta de compromisso.” Logo, fica explícito que a gestão desta escola está sempre compromissada com as atividades que são realizadas, porém ainda há famílias que não possuem essa mesma postura. A professora Fernanda pontua que a presença da gestão da escola com relação as avaliações externas é satisfatória “Mesmo sabendo que alguns pais ainda precisam tomar consciência da importância das avaliações e da aprendizagem em geral dos alunos.” Ressalta-se novamente neste ponto a tamanha importância da presença familiar quanto as avaliações realizadas.

Com a realização cada vez mais exacerbante de avaliações classificatórias “[...] a escola nega-se a si mesma, pois, em vez de propor e trazer o prazer da elevação cultural, estiola essa possibilidade, na medida mesma em que destrói dentro da criança o prazer de entender melhor o mundo e crescer em compreensão e visão da realidade.” (LUCKESI, 1998, p. 72). Assim sendo, as avaliações externas com uma abordagem classificatória não permitem que a criança entenda o seu contexto e o analise criticamente, já que: “[...] Educar é, pois, promover a formação do homem como um ser livre, capaz de produzir e de fruir dos bens culturais existentes na sociedade.” (FARIAS *et al.*, 2009, p. 24). Portanto, as práticas pedagógicas necessitam fomentar uma formação humana mais livre, para que haja a produção de saberes e, por conseguinte, que todos possam usufruir da cultura existente na sociedade.

Os sujeitos desta pesquisa compreendem que as avaliações externas não conseguem demonstrar por completo o aprendizado do aluno, como é possível perceber nas falas: “Vejo como um raio – x, mas aceito que ainda fica muita coisa a desejar.” (FRANCISCO). E ainda, se tem que: “Às vezes a cobrança por ‘bons’ resultados estressa o aluno, provocando lapsos de aprendizagem.” (PAULO). A professora Fernanda ainda pontua que: “Pelo conhecimento diário que temos de nossos alunos, em que alguns não tem um aprendizado satisfatório e quando recebemos os resultados esses alunos conseguiram atingir uma porcentagem de acertos que não condiz com o que realmente eles sabem.”

A esse respeito Freitas, Costa e Miranda (2014, p. 91) também destacam: “[...] A avaliação entre outros contribui para que professor e aluno reflitam sobre os objetivos alcançados, enfatizando medidas a serem adotadas para a superação das dificuldades.” Em acréscimo, expõe-se que o “[...] ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos, organizado sob a direção do professor, com a finalidade de prover as condições e meios pelos quais os alunos assimilam ativamente conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções [...].” (LIBÂNEO, 2013, p. 26). Visto isso, enfatiza-se que a escola produz diversos conhecimentos por intermédio das relações pedagógicas e a avaliação apresenta-se como uma possibilidade de reflexão quanto ao trabalho pedagógico para que as fragilidades educacionais possam ser superadas e, por consequência, estímulo à uma aprendizagem significativa.

Foi possível perceber que os docentes entendem as avaliações externas como uma maneira de melhorar o trabalho pedagógico, mas que na busca incessante por bons resultados, promovem desgaste nas relações escolares, há a desconsideração sobre os avanços processuais de aprendizagem, como também, algumas famílias que não acompanham a rotina escolar dos estudantes, fator este que dificulta o aprendizado escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título deste trabalho “*Avaliações externas: moeda de troca ou diagnóstico da aprendizagem em âmbito escolar*” diz respeito as trocas que são realizadas por meio das avaliações externas entre as instituições de ensino e o Estado, onde são exigidos às mesmas constantemente, resultados satisfatórios para que enfim a União possa liberar verbas, essas que são de suma relevância para o pleno funcionamento das escolas, forte tal afirmação, mas necessária. Em contraponto, as provas que são aplicadas mostram-se como um importante recurso pedagógico às escolas, pois evidenciam a evolução da aprendizagem. Como também, os direcionamentos necessários com a finalidade de melhorar a educação.

Como foi visto, as práticas avaliativas interferem também no trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores e alunos, já que a escola necessita de recursos para manter-se, então, exige muito de seus agentes bons resultados nessas avaliações, suprimindo o percurso formativo diário a qual estes estão submetidos por intermédio das relações pedagógicas. É de suma importância, assim, que professor e aluno tornem as relações pedagógicas e, sobretudo, os conteúdos escolares mais problematizadores e críticos com elo ao que vivenciam em seu contexto social, para que enfim, a avaliação cumpra o seu objetivo, traçar estratégias que venham a diminuir as fragilidades que são encontradas na educação básica.

As avaliações externas promovem importantes trocas de conhecimentos e saberes entre professor e aluno, além de estimular a parceria entre a gestão escolar e os professores, porém algumas famílias ainda mantêm-se distantes dessa relação. É importante destacar que as escolas, em uma busca incessante por recursos didáticos, pedagógicos e financeiros para atender os interesses específicos das avaliações externas, acabam fomentando demasiadamente ações individualizadas e premiações àqueles alunos que conseguem atingir os índices padronizados, excluindo os que não conseguem alcançar. Desse modo, as avaliações externas não permitem conhecer o nível de aprendizado integral dos indivíduos.

Assim, as avaliações externas são de suma importância para os processos de ensino e de aprendizagem e que as interferências sociais fazem com que o mesmo não torne-se abstrato, mas dinâmico e processual. É preciso atentar-se ainda, que essas práticas não podem contribuir para fomentar uma formação nos educandos de modo superficial e acrítica, objetivando apenas atingir as notas padronizadas pelo Estado, com vistas ao recebimento de investimentos públicos, mas como uma possibilidade de melhoria da educação básica.

REFERÊNCIAS

BORGES, G. F. de M; ARAÚJO, C. A. de; PEREIRA, D. Políticas Públicas e Políticas Educacionais: Primeiras Aproximações. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**.

Uberada, v. 1, n.1, p. 62-75, 2013. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwiBouX_vfPiAhWGILkGHRX2AYIQFjABegQIBRAC&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.uniuibe.br%2Findex.php%2Fanais%2Farticle%2Fdownload%2F673%2F970&usg=AOvVaw1JI24AB5-kASKk4Oq0Wzrs. Acesso em: 28 jan. 2019.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2 eds. São Paulo, SP: Editora Atlas, 1987. 118 p.

FARIAS, I. M. S. de *et al.* **Didática e docência**: aprendendo a profissão. Brasília: Liber. 2009. 180 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

FREITAS, S. L, COSTA; M. G. N. da; MIRANDA, F. A. de. Avaliação Educacional: formas de uso na prática pedagógica. **Meta: Avaliação**.| Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 85-98, jan/abr. 2014. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi4sLm7wvPiAhXtlbkGHV6GCAEQFjAAegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Frevistas.cesgranrio.org.br%2Findex.php%2Fmetaavaliacao%2Farticle%2FviewFile%2F217%2Fpdf&usg=AOvVaw1jEo-tOzpo2dzdpn9AGAXU>. Acesso em: 27 mar. 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 280 p.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 180 p.

SANTOS, A. O; GIMENES, O. M; MARIANO, S. M. F. Avaliações externas e seus impactos nas práticas pedagógicas: percepções e visões preliminares. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**. Ubureba, v. 1, n.1, p. 38-50, 2013. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjgfrMvfPiAhVVK7kGHVW9CToQFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.uniuibe.br%2Findex.php%2Fanais%2Farticle%2Fdownload%2F671%2F968&usg=AOvVaw1CsdcNoqYMD-AGwJzF3nzX>. Acesso em: 4 jun. 2019.